

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Só quem perde é o trabalhador

O Congresso Nacional voltou do recesso com a missão dada pelo presidente mais impopular da história de aprovar a qualquer custo a Reforma da Previdência. Assim como na reforma trabalhista, Temer persiste prejudicando trabalhadores, beneficiando apenas empresários e banqueiros através de uma reforma que é validada por apenas 14% da população, segundo pesquisa encomendada pelo próprio Palácio do Planalto. As falsas premissas e argumentos usados pelo governo tentam convencer as pessoas que a reforma é positiva, misturando regimes de previdência diferentes como do funcionalismo público ao do regime geral para justificar um débito que não existe. Além disso, não considera a totalidade das receitas da Seguridade Social, que é superavitária. O que o governo esquece de explicar é que se a reforma é tão boa, por que exclui militares, judiciário e legislativo?

O desmonte exigirá que os brasileiros contribuam durante 40 anos para receber 100% do benefício e estabelecerá uma idade mínima sete anos maior que a média atual. Isso é inaceitável! O projeto desconsidera, por exemplo, o fato de que brasileiros vivem menos em regiões pouco desenvolvidas e, assim, não desfrutarão muito do merecido benefício. As possibilidades de aposentadoria apenas pelo tempo de contribuição ou pela soma deste com a idade serão extintas.

A PEC também altera as regras para as mulheres que passarão a se aposentar apenas três anos antes dos homens, mesmo trabalhando cerca de 7,5 horas a mais por semana devido à dupla jornada de trabalho. A proposta do tempo de contribuição obrigará os servidores públicos a contribuírem por, no mínimo, 15 anos para se aposentarem. Isso para receber apenas 60% da sua renda média no período contribuído.

O valor percentual aumentará gradualmente até completar os 100%. Em outras palavras, para receber o valor integral do benefício, o empregado terá de contribuir durante 40 anos.

Para privar ainda mais os direitos dos trabalhadores, a fórmula de cálculo para pensões por morte será alterada para pior. Poderá haver acúmulo de aposentadoria e pensão, mas só se a soma dos benefícios não chegar a dois salários mínimos. Além disso, o valor a ser recebido pela pensão deixa de ser integral e passa a corresponder a 50%.

A proposta do governo Temer só vem consolidar a inadimplência da União, que desvia os recursos devidos ao setor para pagamento dos juros aos bancos.

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região repudia a Reforma da Previdência, mais um golpe de um governo que só prejudica o trabalhador. E convoca todos os trabalhadores a se unirem e persistirem na luta em defesa da aposentadoria. #Nenhum direito a menos!



Principais pontos do desmonte:

Idade Mínima Maior:

Temer quer aumentar a idade mínima necessária para requerer a aposentadoria. A proposta prevê 65 para homens e 62 para mulheres.

Cálculo do benefício:

O governo quer que o cálculo seja feito pela média de todos os salários e não mais sobre os 80% maiores, como é atualmente. A intenção é pagar uma aposentadoria mais baixa para todos.

Tempo de contribuição:

Pelas novas regras, além da idade mínima será exigido tempo mínimo de 15 anos para o trabalhador se aposentar. Nesta caso, o benefício será equivalente a 60% da renda média de contribuição de toda a sua vida. O benefício integral será pago somente a quem contribuir 40 anos.

Regra de transição:

Quem ainda não tem direito a se aposentar pelas regras atuais vai ter que pagar um "pedágio", sendo obrigado a contribuir por 30% a mais do tempo que falta para completar 30 anos se for mulher ou 35 anos se for homem. Neste caso, a idade mínima será de 53 anos para mulheres e 55 para homens.





MENSAGEM AO LEITOR

Roberto Vicentim
Presidente

O movimento sindical é o principal instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora. E, nesse sentido, temos lutado arduamente pela preservação do direito à aposentadoria.

A proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional, conhecida como PEC 287, tem consequências muito mais profundas e dramáticas do que podemos imaginar. Pretende-se acabar com uma organização social que garante condições mínimas àqueles que dedicaram anos de sua vida ao trabalho e à construção da riqueza do país. Além de promover o aumento da miséria na população, da evasão escolar e da criminalidade, promoverá ainda sérios impactos na economia com o desmonte do campo e a falta de alimentos na mesa de milhares de brasileiros.

Para as mulheres a proposta é ainda pior, pois põe fim à regra diferenciada de idade, ignorando o preconceito de gênero que ocorre no trabalho, a baixa participação dos homens nas atividades domésticas, a dupla e/ou tripla jornada exercida por elas, sem nenhuma possibilidade de recompensá-las pelo sobrecarga de trabalho.

As instituições financeiras, claro, serão beneficiadas. Apenas o anúncio da proposta de reforma da previdência já gerou resultados expressivos para os bancos, com o aumento da tendência de compra de planos de previdência privada como alternativa. Nessa, só o trabalhador é quem perde.

Não fique alheio a esta luta, que é de todos nós. Queremos uma Previdência justa, sem privilégios e sem a retirada de direitos! Diga não a mais esse golpe!

#QuemVotarNaoVolta
#SóALutaTeGarante

▶ Campanha 2018

Comando dos Bancários define calendário da Campanha 2018



Em reunião realizada em 25 de janeiro, em Porto Alegre, o Comando Nacional dos Bancários antecipou o calendário da Campanha de 2018, reafirmando também a importância da defesa da democracia no Brasil.

A Conferência Nacional dos Bancários ocorrerá em junho,

na quadra dos bancários de São Paulo. Além disso, os encontros de bancos públicos e de bancos privados serão realizados dois dias antes da Conferência, também na capital paulista, em locais a serem definidos. O número de delegados participantes dos encontros deverá ser o mesmo do ano passado. A próxima reunião do Comando será em 28 de fevereiro, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo.

Em 2017, foi entregue à Fe-

naban um “Termo de Compromisso” reivindicando que ela respeite os direitos dos bancários assegurados pela CCT da categoria. Até o momento não houve resposta. No entanto, os bancos começam a implementar a reforma trabalhista de forma acelerada. Desta forma, a categoria precisa se antecipar a estes ataques e deliberar ações para enfrentar essa conjuntura extremamente adversa aos trabalhadores.

▶ Reforma Trabalhista

Homologação de rescisão fora do Sindicato é roubada



Imagine que você, bancário, acaba de ser demitido pelo banco onde trabalha. Ao receber os valores a que tem direito, você ainda tem de correr atrás do seu próprio advogado para conferir se tudo que o banco deve pagar está efetivamente sendo creditado. Isso é, caso tenha tempo de conseguir um profissional antes de assinar sua quitação. Já pensou? Com a reforma trabalhista do governo Temer, esta pode se tornar a nova realidade da categoria.

Desde o dia 11 de novembro de 2017, início da vigência da Lei nº 13.467/2017, as empresas estão dispensadas de homologar as rescisões contratuais de seus empregados nos sindicatos profissionais. Com isso, alguns bancos já anunciaram que não mais submeterão as rescisões à conferência e homologação do Sindicato.

No entender do movimento sindical, este dispositivo é ilegal. No entanto, para evitar

prejuízos, face a morosidade da Justiça, o Sindicato aconselha os bancários dispensados a procurarem a orientação da Assessoria Jurídica da entidade para conferência das parcelas e valores constantes do TRCT. Essa consulta é totalmente gratuita, assim como orientação

processual em ação trabalhista.

Retirar a homologação da entidade é uma forma de privilegiar o patrão, em detrimento do empregado. Essa foi, aliás, a intenção maior da reforma.

Você não está só, bancário! O Sindicato existe para te auxiliar sempre que for necessário.



Ao homologar no Sindicato, o bancário conta com:

Acompanhamento jurídico especializado

O Departamento jurídico do Sindicato conta com advogados experientes, especializados em Direito do Trabalho e com amplo conhecimento na Convenção Coletiva da categoria

Garantia de que vai receber todas as verbas a que tem direito

Ao fazer a homologação no sindicato, com o acompanhamento de um advogado, você não corre o risco de receber verbas rescisórias a menos

Garantia de que terá todos os seus direitos respeitados

É comum os advogados fazerem ressalvas sobre direitos não respeitados durante a homologação, para que o trabalhador deixe clara a sua discordância quanto ao que está sendo acertado

▶ **Emprego**

Bancos eliminaram 17.905 postos de trabalho em 2017

Salários dos bancários contratados correspondem a apenas 56% da remuneração dos demitidos; nos nove primeiros meses, as cinco maiores instituições lucraram R\$ 54 bilhões, aumento de 20,4% em relação a 2016



Em 2017, o bilionário e concentrado setor bancário brasileiro manteve sua pernicioso tradição de lucros estratosféricos e eliminação de milhares de postos de trabalho. Foram 17.905 vagas cortadas no ano passado. E persistiu a tendência de demitir quem ganha mais e contratar pa-

gando menos. Durante todo o ano, os dispensados ganhavam em média R\$ 7.456. Já a média salarial dos contratados foi de R\$ 4.139, o que representa apenas 56% da remuneração dos desligados. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), compilados pelo Ministério do Trabalho.

Por outro lado, os cinco maiores bancos que atuam no país (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) lucraram R\$ 54 bi apenas nos 9 primeiros meses de 2017, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo período de 2016.

Esses cinco bancos empregam por volta de 90% de todos os bancários, segundo dados dos balanços das próprias instituições financeiras e do Ministério do Trabalho. Apenas com o que cobram de tarifas dos clientes, conseguem pagar todas as suas folhas salariais e ainda sobram mais de R\$ 20 bilhões.

“Os dados revelam que os bancos persistem em manter uma política de exploração através de juros e tarifas abusivas. Ao passo que os resultados dessas instituições só aumentam, reduzem drasticamente seus quadros de funcionários com a demissão de milhares de trabalhadores, e ainda sobrecar-

regam aqueles que permanecem, contribuindo para o aumento do número de adoecimentos na categoria”, protesta o presidente do Sindicato Roberto Carlos Vicentim.

O Sindicato, como representante dos trabalhadores, sempre teve a defesa do emprego como uma de suas principais bandeiras.

É importante ainda lembrar que a Campanha de 2016 conquistou os centros de realocação e requalificação profissional, para garantir os empregos dos trabalhadores, principalmente os afetados pela adoção de novas tecnologias. A cláusula que determina a criação desses centros foi assinada pelo Comando Nacional dos Bancários e pela Fenaban em setembro do ano passado, e o movimento sindical persiste cobrando das instituições financeiras que implantem os centros para garantir a manutenção dos empregos.

▶ **Seus direitos**

O que fazer se o auxílio-doença acidentário for contestado?

Cresceu o número de contestações pelos bancos dos auxílios-doença acidentários (B-91), reconhecidos pelo INSS quando é estabelecido o nexos causal entre doença e trabalho. Ou seja, quando fica comprovado que a enfermidade é decorrente da atividade laboral do trabalhador.

O que fazer?

Ao receber comunicação de que o banco contestou a causa ocupacional de sua doença, vá ao posto do INSS e solicite toda documentação referente ao processo, incluindo contestação do banco e defesa do INSS. A cópia do processo deve ser fornecida de imediato, uma vez que existe prazo para o beneficiário apresentar suas contrarrazões. Com a documentação em mãos, compareça ao Sindicato para que sejam elaboradas as contrarrazões e uma resposta à contestação do banco. Esse serviço é oferecido gratuitamente a todos os bancários sindicalizados.


▶ **Jurídico**


Para melhor atender os bancários, o Sindicato conta com o departamento jurídico.

Profissionais habilitados oferecem orientações gratuitas a trabalhadores sindicalizados em temas trabalhistas, previdenciários e planos de saúde.

Além das ações individuais, o Jurídico também atua em demandas coletivas com grande potencial de benefício para categoria, acompanha homologações das rescisões contratuais e promove aconselhamento do bancário acerca dos seus direitos.

Agende seu horário:

 Quartas e quintas-feiras, das 9 às 17 horas
Tel: (17) 3522-2409

 Na sede do Sindicato
(Rua Pernambuco, 156, Centro - Catanduva)

Vantagens de ser **SINDICALIZADO**



► Caixa

Caixa Federal prepara novo PDV e avança na destruição do banco público

A Caixa Econômica Federal pretende reabrir o programa de demissão voluntária. Em 2017, o banco recorreu duas vezes ao PDVs para enxugar o quadro de funcionários, que antes era de 101 mil e agora beira os 88 mil empregados. Desde então a Caixa não convocou novos trabalhadores, o que é uma afronta aos clientes e bancários que permaneceram na instituição.

O banco ainda tem cerca de três

mil funcionários próximos da aposentadoria que se encaixam nos critérios para aderir a um PDV.

Assim como no ano passado, o programa não foi conversado com as entidades representativas dos trabalhadores. Ou seja, o plano de demissão voluntária reforça a intenção da Caixa de enxugar a empresa e assim prepará-la para a privatização. Os clientes também saem perdendo, já que a redução

dos postos de trabalho compromete a qualidade no atendimento. As condições de trabalho estão sendo precarizadas a um nível que vai inviabilizar o atendimento do povo brasileiro. A intenção é jogar a população contra o banco público.

Antônio Júlio Gonçalves Neto, diretor do Sindicato, convoca os empregados a se mobilizarem, mais uma vez, em defesa da Caixa e dos direitos da categoria. “A realização de um novo PDV se soma a outros golpes, a exemplo das mudanças no Saúde Caixa, da revogação do RH 151 e de descomissionamentos. Não podemos deixar que isso aconteça. Precisamos nos unir e lutar para evitar esse verdadeiro desmonte.”

O diretor ainda destaca a importância dos empregados comunicarem ao Sindicato qualquer forma de pressão para aderirem ao plano.



“A direção da Caixa, à exemplo da política adotada pelo governo Temer, tenta golpear os trabalhadores com ameaças de descomissionamento através do processo de verticalização. Qualquer pressão ou irregularidade cometida pelo banco contra os trabalhadores deve ser denunciada”, ressalta Tony.

Sindicato debate demandas dos empregados em reunião com a SR



O Sindicato e a Apcef/SP estiveram reunidos, no dia 7, com o superintendente regional de São José do Rio Preto, Fernando Tadeu da Costa Passos, para debater diversas demandas das agências localizadas na base do Sindicato de Catanduva, bem como demais unidades pertencentes à regional.

O encontro contou com a presença do diretor Antônio Júlio Gonçalves Neto, a diretora da Apcef/SP Cláudia Fumiko Tome e o assessor da entidade, Toninho, e abordou temas como verticalização, descomissionamento, garantias e defesa dos empregados, além de reforçar a importância de um canal de diálogo entre o banco e o movimento sindical.

O Sindicato tem se empenhado em combater as práticas arbitrárias da Caixa. Recentemente, fo-

ram enviados ofícios à direção do banco, por meio da Contraf-CUT, cobrando os números de descomissionamentos nas concentrações e áreas meios e solicitando a suspensão da exigência de CPA-20 para gerentes de relacionamento.

“Ingressamos, ainda em 2017, com uma ação reivindicando incorporação de função após mais de 10 anos de cargo, com o intuito de garantir a estabilidade remuneratória aos empregados e o respeito à carreira desses bancários”, enfatizou Tony. Conquista importante foi a garantia de tempo para que o trabalhador se defenda e busque reverter a perda da função, mantendo o exercício do cargo e o pagamento. Para isso, é fundamental que o bancário procure o Sindicato no primeiro apontamento de perda de função.

Ação que impede reajuste do Saúde Caixa será julgada em maio



A Justiça do Trabalho marcou para o dia 30 de maio o julgamento da ação ajuizada pela Fenae, em conjunto com a Contraf e sindicatos de todo o país, para barrar a tentativa indevida de reajuste apresentada pela Caixa em janeiro do ano passado. Permanece suspenso o aumento que infringe as condições previstas no Acordo Coletivo de Trabalho vigente até agosto de 2018.

Contudo, no novo estatuto da Caixa, a participação do banco no custeio da assistência à saúde passa a ser limitado ao percentual de 6,5% da folha de pagamento, incluindo gastos fiscais e admi-

nistrativos, que no modelo atual são de responsabilidade exclusiva do banco público. Um dos maiores benefícios da categoria, o Saúde Caixa segue sob ameaça.

Diferentemente do que a direção da Caixa insiste em dizer quando tenta justificar a mudança no modelo de custeio, o Saúde Caixa é superavitário. Embora o banco restrinja o acesso aos relatórios atuariais do plano, até o ano de 2017, o excedente financeiro já ultrapassava os R\$ 670 milhões, o equivalente a 51% do custo de um exercício inteiro dos serviços de assistência à saúde.

“É mais uma forma de desmontar o maior banco público do país. Mas não permitiremos que dilapidem dessa maneira um dos nossos maiores benefícios. Vamos continuar lutando contra esse reajuste arbitrário”, conclama Tony.

► Banco do Brasil

Reestruturação no BB é desmonte disfarçado

Banco do Brasil, que já fechou centenas de agências em 2016 e dispensou mais de 10 mil empregados, fez novos cortes e realocações. Sindicato cobra garantias aos trabalhadores

O governo Temer não desiste de privatizar tudo quanto for possível, e investe pesado contra os bancos públicos. Depois de uma longa batalha para que a Caixa não se tornasse S/A, em 2017, os golpistas abriram o ano com artilharia pesada contra o Banco do Brasil que, desde o final de 2016, vem sofrendo profundas mudanças responsáveis pelo fechamento de centenas de agências e mais de 10 mil dispensas.

O banco chamou o mais recente ataque de “Plano de Melhorias” e diz que não é uma nova reestruturação, mas é. Houve o corte de cerca de mil vagas de caixa em todo o país. Os escritórios digitais perderam funções de assistentes e ganharam de escriturários, que farão os mesmos serviços ganhando menos.

Amparadas na reforma trabalhista, as mudanças não só apostam no desmantelamento da instituição como na precarização dos direitos dos funcionários. Quem aderir ao desligamento incentivado (ou consensual), por exemplo, recebe só metade do aviso prévio e 80% do saldo

do FGTS. Não terá direito ao seguro-desemprego e nem poderá acionar futuramente a empresa na Justiça cobrando direitos trabalhistas.

O BB é uma empresa de economia mista, com 50,73% das ações nas mãos da União. Somente em Catanduva, é responsável por 30% de todo crédito bancário disponível no município, com uma carteira de mais de R\$ 350 milhões.

Roberto Carlos Vicentim, presidente do Sindicato, alerta que há uma campanha orquestrada pela grande imprensa que tenta desqualificar as estatais e seus trabalhadores para tornar mais fácil o processo de privatização.

“Nossa luta não é apenas contra o desemprego de milhares de bancários, mas é também um chamado aos brasileiros sobre a destruição de um dos principais patrimônios do país. Os bancos públicos são essenciais porque administram dezenas de programas em setores como educação, saúde, moradia. Defender essas instituições é também defender o Brasil.”



Dia Nacional de Luta

O Sindicato promoveu uma atividade na agência do BB Higienópolis, em Catanduva, para debater os males trazidos pela reestruturação a bancários e clientes, além de mostrar a importância da defesa do banco público.

A ação reforçou o Dia Nacional de Luta e faz parte de uma frente ampla do movimento sindical em prol das empresas públicas, que estão na mira privatista do governo Temer.

Dirigentes sindicais entregaram uma carta aberta, denunciando

o impacto do fechamento de agências, como redução do quadro de funcionários, sobrecarga de trabalho aos que permanecerem na instituição e precarização do atendimento, obrigando o cliente a migrar para correspondentes bancários, que muitas vezes não dispõem de todos os serviços nem da segurança necessária. Também exibiram uma faixa em defesa do banco e de todos os benefícios trazidos por ele à sociedade, como fomentador de políticas públicas sociais.

Governo Temer ataca planos de saúde dos trabalhadores da CAIXA e do BB



Mais um ataque aos direitos dos funcionários das empresas públicas. Através de uma resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), Temer reduz a participação das empresas no custeio dos planos de saúde e restringe o rol de dependentes possíveis.

As mudanças impõem uma série de diminuição de direitos e deixa os interesses do governo bantante claros. O primeiro é acabar com as caixas de assistência de autogestão, como a Cassi, dos funcionários do Banco do Brasil, e o Saúde Caixa, e vincular a sua lógica à da saúde privada. O segundo é empurrar esses trabalhadores

para os planos privados, assim como tenta fazer com os planos de previdência quando apresenta a reforma previdenciária. A terceira é descomprometer as empresas públicas com a saúde dos seus funcionários.

Sem negociação com a categoria, as mudanças são graves ataques que desrespeitam os acordos coletivos. “É mais um retrocesso do governo golpista que se consolida, e que demonstra o quanto os trabalhadores terão de enfrentar em suas campanhas salariais. É preciso mais do nunca nos organizarmos e fortalecer a luta em defesa de nossos direitos. É a única saída para resistir a tamanho descaso”, aponta o secretário geral do Sindicato, Júlio Trigo.

As mazelas da nova resolução:

- Os funcionários passarão a contribuir com metade do custo dos planos de saúde;
- Estatais vão cortar o direito dos aposentados ao plano. Como no setor privado, o trabalhador aposentado terá de custear toda a despesa do seu plano;
- As empresas públicas com menos de 20 mil funcionários vão contratar planos privados ou adotarão o sistema de reembolso;
- O direito dos funcionários ao plano de saúde não estará mais previsto nos editais de concurso/admissão;

► Santander

Sindicato na luta contra retirada de direitos

Banco espanhol está “rasgando a negociação coletiva”, com mudanças “unilaterais” em horas extras, férias, plano de saúde e décimo terceiro. Sindicato cobra que medidas sejam revogadas



Foto: Seeb catanduva

Atividade em agência do Santander em Monte Alto (SP) combateu aplicação da nova legislação trabalhista, que ataca direitos dos trabalhadores

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região realizou no dia 31 de janeiro, em Monte Alto (SP), uma atividade contra a iniciativa da direção do Santander que vem impondo acordos individuais que pas- sam por cima da negociação coletiva, com base nas novas regras da refor-

ma trabalhista do governo Temer.

O banco tem obrigado seus trabalhadores a assinar acordos de horas individuais e não está pagando as horas extras. Além disso, mudou a data do pagamento e do 13º salário e está fazendo a divisão das férias em três vezes, unilateralmen-

te, sem qualquer negociação com o movimento sindical. Os trabalha- dores também sofrem com os au- mentos abusivos do plano de saú- de, que causam dificuldades para muitos deles bancarem os custos.

Durante a ação, diretores re- tardaram a abertura da agência e distribuíram panfletos aos funcio- nários, alertando sobre o pacote de maldades imposto pela direção do banco e ressaltando a impor- tância da mobilização coletiva para impedir que direitos conquistados com muita luta pelos trabalhado- res sejam retirados arbitrariamente.

Os protestos envolveram ban- cários do Santander de todo o país e foram uma resposta à ne- gligência do banco em negociar. No dia 09 de janeiro uma carta foi entregue pelo movimento sin- dical solicitando espaço para ne- gociações e a imediata revogação

das medidas, mas até o momento o banco se mantém em silêncio.

“A relação do Santander com seus funcionários sempre veio da precarização das condições de tra- balho para o aumento da sua lu- cratividade. O banco, novamente, demonstra desrespeito total com os trabalhadores ao implementar medidas inconstitucionais e se ne- gar a qualquer tipo de negociação. Diante disso, ampliamos nossa mo- bilização em defesa dos bancários e deixamos claro que não permi- tiremos que direitos sejam retira- dos,” ressaltou Aparecido Augus- to Marcelo, diretor do Sindicato.

SAIBA MAIS

Veja mais informações sobre a mobilização no Santander no endereço eletrônico: bancariosdecatanduva.com.br

SETE PECADOS CAPITAIS DO SANTANDER

- 1 IMPOSIÇÃO DE UM TERMO INDIVIDUAL DE BANCO DE HORAS, SEM NEGOCIAÇÃO, COM COMPENSAÇÃO EM ATÉ 6 MESES**
A extensão do prazo de negociação, que antes era de um mês, foi idealizada com o objetivo de evitar o pagamento das horas extras
- 2 PARCELAMENTO DE FÉRIAS EM ATÉ TRÊS VEZES**
O que pode parecer um avanço, na verdade será um problema para os bancários, porque os gestores poderão impor a forma como as férias serão gozadas, sob a prerrogativa de poder demitir ou prejudicar a carreira de quem não aceitar a data que for “acordada”
- 3 DEMISSÃO DE MAIS DE 200 TRABALHADORES NO FINAL DO ANO**
Demissões em massa agora são permitidas pela nova lei
- 4 ALTERAÇÃO DA DATA DE PAGAMENTO DO DIA 20 PARA O DIA 30; E DO 13º SALÁRIO PARA MAIO E DEZEMBRO**
Com isso, o Santander ganha vários dias por ano para especular no mercado financeiro com o salário dos funcionários
- 5 DEMISSÃO DE BANCÁRIOS DOENTES COM O USO ILEGAL DO EXAME DE RETORNO**
- 6 AUMENTO DE 20% NAS MENSALIDADES DO PLANO DE SAÚDE EM NOVEMBRO, ALIADA AO JÁ ABUSIVOS VALORES DAS COPARTICIPAÇÕES**
- 7 BRUTAL DESRESPEITO AO DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA E À LIVRE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

Na base da exploração, banco eleva lucro para quase R\$ 10 bi

Enquanto os trabalhadores bra- sileiros protestavam no dia 31 de janeiro contra ataques aos direi- tos, o Santander comemorava os números do balanço financeiro de 2017. A filial do banco espanhol obteve lucro líquido de R\$ 9,953 bilhões no ano passado, resulta- do que representou crescimento de 35,6% em relação ao montante apurado em 2016. Com isto, o ban- co teve uma participação de 26% no lucro global do grupo, que foi de 6,6 bilhões de euros, atingindo crescimento de 7% em doze me- ses. O retorno sobre o Patrimô- nio Líquido Médio Anualizado (ROE) ficou em 16,9%, com cresci- mento de 3,6 p.p. em doze meses.

O lucro exorbitante obtido no Brasil fez com que o país passasse a

responder por 26% do lucro global do banco. E os trabalhadores não são os únicos responsáveis por esse lucro, já que os clientes também so- fre pagando caro por serviços que, muitas vezes, são realizados por eles próprios. A receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias cresceu 17,7% em doze meses, totalizando R\$ 15,6 bilhões.

“Mesmo com esse excelente re- sultado, o banco tem adotado uma política de ataques aos direitos dos funcionários e funcionárias, im- pondo metas cada vez mais altas e reduzindo o quadro de pessoal nas agências, com consequências dano- sas à saúde”, criticou Aparecido Au- gusto Marcelo, diretor do Sindicato.

ACESSE ANÁLISE COMPLETA EM GOO.GL/18XK7

► Itaú

Bancários de Catanduva paralisam agências contra implantação da reforma trabalhista



Foto: Seab catanduva

Diretores debateram com bancários impactados da nova legislação trabalhista

Diretores do Sindicato paralisaram duas agências do Itaú e mobilizaram os funcionários em atividade realizada no dia 01, em Catanduva, contra as medidas implementadas pelo banco de forma unilateral,

tendo como base a nova legislação trabalhista. O protesto marcou um dia de luta dos trabalhadores em todo o país, orientado pelo Comando Nacional dos Bancários.

Com faixas e palavras de ordem,

os dirigentes sindicais também distribuíram material informativo e debateram os prejuízos da contrarreforma de Temer, principalmente para a categoria bancária.

No final de 2017, o Itaú já havia tentado promover alterações com relação à definição da data e período de férias, e seriam os departamentos Jurídico e de RH que definiriam as regras de acordo com as mudanças da nova legislação. Após mobilização do movimento sindical, a medida foi revertida. Mas as maldades não pararam por aí.

Através de seu diretor de RH e Relações Sindicais, Sergio Farjeman, o Itaú informou que as homologações não serão mais feitas nos sindicatos. A medida, parte do desmonte da CLT, tenta excluir as entidades sindicais das negociações nos processos de rescisão contratual, dificultando ao trabalhador a fiscalização do pagamento de todos os seus direitos, a reversão das demissões de pessoas com estabilidade e reduzindo, ainda, a possibilidade de se efetuar ressalvas nos documentos de homologações.

“O principal objetivo é enfraquecer o trabalhador, acabar com

as garantias legais, deixar os bancários desamparados, sem nenhum tipo de orientação e à mercê das condições oferecidas pelo empregador, que serão cada vez mais precárias,” denunciou o diretor do Sindicato Carlos Alberto Moretto.

Roberto Carlos Vicentim, presidente da entidade, ressaltou que a implementação da contrarreforma permite que os banqueiros negociem diretamente com os trabalhadores, fazendo com que o negociado se sobressaia ao que está definido na Lei, mesmo que acarrete em prejuízo aos bancários. “Se o funcionário não aceita o que é proposto pelo patrão, pode ser prejudicado em sua carreira e até mesmo ser demitido. Por isso, a união de toda a categoria junto ao Sindicato é fundamental neste momento para barrar retrocessos e fortalecer a defesa e manutenção dos direitos já adquiridos.”

Devido ao acordo de dois anos, firmado na campanha de 2016, os bancários têm vários direitos garantidos até 31 de agosto de 2018. As negociações para a próxima Campanha Nacional também já foram iniciadas pelo movimento sindical para evitar ainda mais perdas.

► Bradesco

Banco lucra 19 bi em 2017, mas elimina quase 10 mil empregos

O Bradesco fechou o ano de 2017 com lucro líquido recorrente de R\$ 19,024 bilhões, o que representa crescimento de 11,1%, em relação a 2016 e de 1,1% no trimestre. Em contrapartida, a holding encerrou o ano de 2017 com 98.808 empregados, uma redução de 9.985 postos de trabalho em comparação ao final de 2016, que representa 9,2% do seu quadro de funcionários, mesmo, após a incorporação, em setembro de 2016, de aproximadamente

20 mil trabalhadores banco HSBC.

O PDVE (Plano de Desligamento Voluntário Especial), segundo o banco, teve 7,4 mil adesões. No período, foram fechadas 565 agências e abertos 78 novos PAs (Postos de Atendimento).

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 10,2% em doze meses, totalizando R\$ 24,0 bilhões. Já as despesas de pessoal subiram 21,6%, totalizando R\$ 21,0 bilhões, refletindo a consolidação da aquisição com o HSBC,

ocorrida no 3º trimestre de 2016, além do PDVE, anunciado em julho pelo banco, que gerou um custo de R\$ 2,3 bilhões, mas que, segundo o relatório, deve impactar em uma redução R\$ 1,5 bilhão anual nas despesas. Ainda assim, a cobertura destas pelas receitas secundárias do banco foi de 124,9% em 2017.

Para o diretor do Sindicato Luiz Eduardo Campolungo, o Bradesco vai na contramão do que se espera de uma instituição que tem seus lucros acrescidos ano após ano. “O

banco possui condições suficientes para investir em políticas que visam à diminuição da sobrecarga de trabalho e do número de adocentamentos, como a contratação de mais funcionários. Ao passo que aumentou sua lucratividade, entinguiu empregos. Além dos bancários que sofrem com a precarização das condições de trabalho, prejudica também seus clientes, que são diretamente impactados pela queda da qualidade do atendimento nas agências de todo o país”.

► Dia Internacional da Mulher

Mulheres na luta por respeito e igualdade

O Dia Internacional da Mulher é um marco nas reivindicações e lutas por igualdade de gênero. A data, 8 de março, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, relacionada a uma proposta feita, em 1910, pela líder feminista alemã Clara Zetkin, durante o 2º Congresso Internacional de Mulheres Socialistas para lembrar operárias mortas durante um incêndio que ocorreu em uma fábrica em Nova York, em 1857. Desde então, tornou-se um símbolo de reflexão e reconhecimento da força feminista.

As últimas décadas conferiram às mulheres um novo papel e foram marcadas por profundas transformações. Há 82 anos registrou-se a conquista do direito do voto feminino. A revolução sexual, a partir dos anos 60, permitiu a elas uma progressiva e forte inserção no mercado de trabalho. A



criação de delegacias da mulher e as leis Maria da Penha e do Femicídio ampliaram a proteção e a visibilidade à batalha contra a violência doméstica. Contudo, faltam motivos para comemorar. Nos dois últimos anos, as mulheres voltaram a enfrentar uma revoltante desigualdade de gênero que apresenta faces perversas como a desvalorização

profissional, a falta de representatividade política e o aumento da violência física, psicológica e sexual.

Além dos diversos avanços conquistados pela classe trabalhadora, o atual governo promoveu também a destruição dos direitos das mulheres com a aprovação de políticas de retrocesso, como é o caso da PEC 181, matéria que foi apelidada de

“Cavalo de Tróia” por colocar em risco a saúde e até mesmo a vida das mulheres, pois proíbe o aborto em casos de risco da saúde da mãe, de fetos anencéfalos e para gravidez resultado de estupro, o que é previsto na legislação atual.

A mulher simboliza a luta da humanidade. Ela batalhou por muito tempo, mesmo de forma silenciosa, para ser independente, dona de si e de seu destino. Por isso, há que se manter forte a representatividade feminista por mudanças estruturais em nossa sociedade.

E o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região mais uma vez se une a elas para que sejam respeitadas e valorizadas, sobretudo em seu ambiente de trabalho, onde ainda imperam o assédio moral e a opressão. Lutar pelos direitos e conquistas das mulheres é a melhor forma de homenageá-las.

Feliz Dia da Mulher!

Sindicato dos
Bancários De Catanduva e Região

COMUNICAÇÃO
+ ÁGIL

Envie um whatsapp para
(17) 99259-1987
e comece a receber informações
no seu celular

Passo a passo para o Whatsapp:

Passo 1: Cadastre na agenda do seu celular o telefone do Sindicato (17) 99259-1987

Passo 2: (para celulares com Android): Entre no Whatsapp, acesse a opção “contatos”, depois clique nos 3 pontinhos no canto superior direito e escolha “atualizar”

Passo 3: Acesse o número do Sindicato no Whatsapp e envie uma mensagem com seu nome, o banco onde trabalha e cidade

CONVÊNIOS EXCLUSIVOS

Restaurante e Pizzaria Terraço Gourmet

Rua Maranhão, nº 1426, Centro - Catanduva/SP

Contato: (17) 3041-2238

Concede 10% de desconto em todo o cardápio de segunda a domingo, para os bancários sindicalizados que apresentarem a carteirinha.

Faculdade Católica - Educação à Distância

Rua Paraíba, nº 306, Centro - Catanduva/SP

Contato: (17) 3524-2627 / (17) 99196-3150

Concede 20% de desconto ao bancário filiado ao Sindicato ou dependente de bancário sindicalizado, mediante apresentação de carteirinha do Sindicato.

Wizard Idiomas

Rua 15 de Novembro, nº 1018, Centro - Novo Horizonte/SP

Contato: (17) 3543-1002 / (17) 99747-5888

Oferece 25% de desconto e matrícula gratuita para bancários sindicalizados. Material didático não incluso no convênio.

Óticas Esquina da Visão

Rua Treze de Maio, nº 994, Centro - Catanduva/SP

Contato: (17) 3521-1365

Descontos de 20% à vista ou 12% parcelado em até 4x no cartão de crédito.

VEJA MAIS NO SITE
www.bancariosdecaturva.com.br